

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
Campo Novo/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	503.036	442.531	CIRCULANTE	219.176	198.612
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	9.303	5.418	DEPÓSITOS (NOTA 12)	84.106	69.477
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	8.089	-	Depósitos à Vista	59.976	50.780
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.089	-	Depósitos Interfinanceiros	4.623	-
			Depósitos a Prazo	19.507	18.697
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	105.758	22.097	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	107.375	106.178
Carteira Própria	105.758	22.097	Repasse Interfinanceiros	107.375	106.178
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	86.222	148.093	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.109	653
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	38	367	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.109	653
Correspondentes no país	329	186			
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	85.855	147.540	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	26.586	22.304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	274.877	251.419	Cobrança e Arrecadação de Tributos Sociais e Estatutárias	215	132
Operações de Crédito	289.390	263.202	Fiscais e Previdenciárias	6.985	6.018
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.513)	(11.783)	Diversas	1.061	897
OUTROS CRÉDITOS	16.250	13.221		18.325	15.257
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 07)	74	65			
Rendas a Receber	1.077	921			
Créditos Específicos	403	380			
Diversos (NOTA 07 e 08)	15.370	12.511			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(674)	(656)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.537	2.283			
Outros Valores e Bens	2.772	2.565			
(Provisão para desvalorização)	(355)	(364)			
Despesas Antecipadas	120	82			
NÃO CIRCULANTE	174.772	165.109	NÃO CIRCULANTE	311.055	284.991
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	174.772	165.109	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	311.055	284.991
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	6.194	25.653	DEPÓSITOS (NOTA 12)	310.447	284.806
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.194	25.653	Depósitos Interfinanceiros	-	4.363
			Depósitos a Prazo	310.447	280.443
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	146.758	116.665	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	608	185
Operações de Crédito	160.243	126.323	Repasse Interfinanceiros	608	185
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.485)	(9.658)			
OUTROS CRÉDITOS	1.087	2.002			
Diversos (NOTA 08)	1.107	2.040			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(20)	(38)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	11.398	10.978	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147.577	124.037
Outros Investimentos	11.398	10.978	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16a)	61.071	54.546
			De Domiciliados no País	61.125	54.608
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	4.929	4.748	(Capital a Realizar)	(54)	(62)
Imóveis de Uso	86	-	RESERVAS DE SOBRAS	80.051	64.358
Outras Imobilizações de Uso	11.329	10.806	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.455	5.133
(Depreciação acumulada)	(6.486)	(6.058)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.406	5.063			
Outros Ativos Intangíveis	10.062	9.553			
(Amortização acumulada)	(5.656)	(4.490)			
TOTAL DO ATIVO	677.808	607.640	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	677.808	607.640

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019								
	(Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.321	-	41.321	80.018	-	80.018	70.685	-	70.685
Operações de Crédito	39.892	-	39.892	77.238	-	77.238	69.096	-	69.096
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.424	-	1.424	2.760	-	2.760	1.564	-	1.564
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	20	-	20	25	-	25
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.832)	(43)	(18.875)	(34.232)	(73)	(34.305)	(29.433)	(38)	(29.471)
Operações de Captação no Mercado	(8.694)	(43)	(8.737)	(17.578)	(73)	(17.651)	(15.927)	(38)	(15.965)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.476)	-	(2.476)	(4.846)	-	(4.846)	(5.097)	-	(5.097)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.662)	-	(7.662)	(11.808)	-	(11.808)	(8.409)	-	(8.409)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.489	(43)	22.446	45.786	(73)	45.713	41.252	(38)	41.214
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.175)	2.091	(10.084)	(20.542)	4.120	(16.422)	(19.776)	3.539	(16.237)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.524	4.736	7.260	5.162	9.252	14.414	4.358	7.618	11.976
Rendas de Tarifas Bancárias	3.194	-	3.194	6.381	-	6.381	5.309	-	5.309
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.263)	(875)	(10.138)	(17.422)	(1.871)	(19.293)	(16.546)	(1.374)	(17.920)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(7.843)	(1.254)	(9.097)	(15.599)	(2.223)	(17.822)	(14.828)	(1.785)	(16.613)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(70)	(224)	(294)	(121)	(437)	(558)	(69)	(346)	(415)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	6.083	121	6.204	13.075	148	13.223	13.858	158	14.016
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.800)	(413)	(7.213)	(12.018)	(749)	(12.767)	(11.858)	(732)	(12.590)
RESULTADO OPERACIONAL	10.314	2.048	12.362	25.244	4.047	29.291	21.476	3.501	24.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	86	101	42	284	326	(38)	31	(7)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.329	2.134	12.463	25.286	4.331	29.617	21.438	3.532	24.970
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	114	114	-	(753)	(753)	-	(430)	(430)
Provisão para Imposto de Renda	-	80	80	-	(455)	(455)	-	(242)	(242)
Provisão para Contribuição Social	-	34	34	-	(298)	(298)	-	(188)	(188)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.633)	-	(1.633)	(3.301)	-	(3.301)	(2.637)	-	(2.637)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.696	2.248	10.944	21.985	3.578	25.563	18.801	3.102	21.903
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.578	(3.578)	-	3.102	(3.102)	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-	209	-	209	4	-	4
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.696	2.248	10.944	25.772	-	25.772	21.907	-	21.907
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.317)	-	(19.317)	(16.774)	-	(16.774)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.553)	-	(2.553)	(2.332)	-	(2.332)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.076)	-	(1.076)	(856)	-	(856)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.985)	-	(13.985)	(11.121)	-	(11.121)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.703)	-	(1.703)	(2.465)	-	(2.465)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.455	-	6.455	5.133	-	5.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC

CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	48.175	50.764	-	5.027	103.966
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.732	-	-	(4.973)	(1.241)
Destinações para reservas	-	-	12	(12)	-
Outras destinações	-	-	-	(42)	(42)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.433	-	-	-	4.433
Baixas de capital	(4.088)	-	-	-	(4.088)
Reversões de reservas	-	-	(4)	4	-
Resultado do período	-	-	-	21.903	21.903
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(856)	(856)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.121	-	(11.121)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.294	-	-	(2.332)	(38)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.465	-	(2.465)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	54.546	64.350	8	5.133	124.037
Mutações do Período	6.371	13.586	8	106	20.071
Saldos no início do período em 01/01/2019	54.546	64.350	8	5.133	124.037
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.412	-	-	(4.872)	(1.460)
Destinações para reservas	-	-	214	(214)	-
Outras destinações	-	-	-	(47)	(47)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.051	-	-	-	4.051
Baixas de capital	(3.446)	-	-	-	(3.446)
Reversões de reservas	-	-	(209)	209	-
Resultado do período	-	-	-	25.563	25.563
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.985	-	(13.985)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.508	-	-	(2.553)	(45)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.703	-	(1.703)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	61.071	80.038	13	6.455	147.577
Mutações do Período	6.525	15.688	5	1.322	23.540
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	57.821	64.351	222	14.618	137.012
Capital de associados					
Aumento de capital	2.306	-	-	-	2.306
Baixas de capital	(1.564)	-	-	-	(1.564)
Reversões de reservas	-	-	(209)	209	-
Resultado do período	-	-	-	10.944	10.944
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.985	-	(13.985)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.508	-	-	(2.553)	(45)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.703	-	(1.703)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	61.071	80.039	13	6.454	147.577
Mutações do Período	3.250	15.688	(209)	(8.164)	10.565

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC
CNPJ/MF nº 88.099.247/0001-58

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	16.759	33.703	24.581
Resultado do semestre/exercício	10.944	25.563	21.903
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.815	8.140	2.678
Provisão para operações de crédito	5.592	6.556	1.245
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	10	(7)	(6)
Provisão para desvalorização de outros créditos	13	1	83
Depreciação do imobilizado de uso	716	1.384	1.141
Amortização do intangível	606	1.166	1.008
Baixas do ativo permanente	31	37	4
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(46)	32	50
Destinações ao FATES	(1.076)	(1.076)	(856)
Dividendos SicrediPar	(31)	47	9
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(81.569)	(88.025)	(21.342)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.498	11.370	(25.419)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(82.976)	(83.661)	(1.345)
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.309	-	-
(Aumento) Redução em créditos vinculados	346	329	(233)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(63)	(143)	7
(Aumento) em operações de crédito	(66.955)	(60.108)	(64.964)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	27.150	1.620	9.474
(Aumento) em outros créditos	(2.481)	(2.161)	(2.456)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	175	(246)	342
Aumento em depósitos	30.993	40.271	63.917
Aumento em relações interdependências passivas	635	456	84
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(4.194)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(418)	(1.115)	(973)
Aumento em outras obrigações	5.218	5.363	4.418
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(64.810)	(54.322)	3.239
Aquisição de Investimentos	(420)	(420)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(694)	(1.602)	(2.182)
Aplicações no Intangível	(159)	(509)	(2.429)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.273)	(2.531)	(4.611)
Integralização de capital	2.306	4.051	4.433
Baixa de capital	(1.564)	(3.446)	(4.088)
Juros ao capital próprio	(45)	(45)	(38)
Distribuição de Sobras	-	(1.507)	(1.283)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	697	(947)	(976)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(65.386)	(57.800)	(2.348)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	160.544	152.958	155.306
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	95.158	95.158	152.958

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro - Sicredi Celeiro RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	9.303	5.418
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	85.855	147.540
Total	95.158	152.958

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.089	-
DI entre Banco e Cooperativas (i)	8.089	-
Total circulante	8.089	-

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.194	25.653
DI entre Banco e Cooperativas (i)	6.194	25.404
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	249
Total não circulante	6.194	25.653

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	105.758	22.097
Total circulante	105.758	22.097

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	148.203	120.632	268.835	212.620
Financiamentos	32.881	37.850	70.731	69.849
Financiamentos rurais e agroindustriais	108.306	1.761	110.067	107.056
Carteira total	289.390	160.243	449.633	389.525

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	74	-	74	65
Devedores por compra de valores e bens	812	1.103	1.915	3.269
Títulos e créditos a receber (i)	13.072	4	13.076	10.028
Total	13.958	1.107	15.065	13.362

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	148.460	118.163	742	591
Nível B	1,00	147.447	141.727	1.475	1.417
Nível C	3,00	110.932	96.743	3.326	2.902
Nível D	10,00	24.491	20.714	2.449	2.071
Nível E	30,00	13.004	10.918	3.901	3.275
Nível F	50,00	5.463	3.863	2.732	1.932
Nível G	70,00	4.125	3.978	2.888	2.785
Nível H	100,00	10.776	6.781	10.776	6.781
Total (i)		464.698	402.887	28.289	21.754

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 403 (2018 - R\$ 381).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.467	35.120	65.920	87.246	191.753	165.504
Rural	29	29.078	79.199	1.761	110.067	107.056
Industrial	453	5.726	6.960	10.507	23.646	16.245
Comércio	564	18.532	23.949	33.238	76.283	78.564
Outros Serviços	400	13.595	20.356	28.598	62.949	35.518
Total	4.913	102.051	196.384	161.350	464.698	402.887

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	51.514	11,09	47.749	11,85
50 devedores seguintes	82.550	17,76	72.217	17,93
100 devedores seguintes	59.692	12,85	55.821	13,86
Demais	270.942	58,30	227.100	56,37
Total	464.698	100	402.887	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	22.135	20.807
Constituição de provisão	11.808	8.409
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.251)	(7.081)
Saldo final	28.692	22.135

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.561 (2018 - R\$ 3.312), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.091 (2018 - R\$ 14.501).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	84	114
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	607	420
Devedores por compra de valores e bens	812	1.231
Devedores por depósitos em garantia	15	28
Impostos e contribuições a compensar	24	34
Títulos e créditos a receber (ii)	13.072	10.026
Cotas de consórcio	310	118
Devedores por convênios	1	2
Operações com cartões	190	244
Pendências a regularizar	193	216
Outros	62	78
Total Circulante	15.370	12.511
Devedores por compra de valores e bens	1.103	2.038
Títulos e créditos a receber (ii)	4	2
Total não circulante	1.107	2.040

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.741	2.524
Imóveis	2.618	2.276
Veículos e afins	123	39
Bens em regime especial	-	209
Material em estoque	31	41
Despesas antecipadas	120	82
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(355)	(364)
Total Circulante	2.537	2.283

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 355 (2018 - R\$ 364) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.349	6.240
Sicredi Participações S.A.	5.048	4.737
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	11.398	10.978

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.738.957 ON 3.620.382 PN	1.536.437 ON 3.201.061 PN	1 Quotas	1 Quotas	6.348.992 Quotas	6.239.750 Quotas
Percentual de participação	0,51%	0,54%	0,62%	0,62%	1,63%	1,63%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	5.048	4.737	1	1	6.349	6.240

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.415	(6.486)	4.929	4.748
Imobilizações em curso	-	-	-	-	444
Terrenos	-	86	-	86	-
Instalações	10%	2.448	(1.221)	1.227	1.108
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.190	(1.990)	1.200	1.248
Sistema de comunicação	10%	180	(138)	42	44
Sistema de processamento de dados	20%	3.300	(1.886)	1.414	1.183
Sistema de segurança	10%	323	(233)	90	120
Sistema de transporte	20%	1.888	(1.018)	870	601
Intangível (i)		10.062	(5.656)	4.406	5.063
Investimentos Confederação		9.350	(5.387)	3.963	4.479
Outros ativos intangíveis		712	(269)	443	584
Total		21.477	(12.142)	9.335	9.811

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	59.976	-	-	59.976	50.780
Depósitos Interfinanceiros	-	4.623	-	4.623	4.363
Depósitos a prazo	5.052	14.455	310.447	329.954	299.140
Total	65.028	19.078	310.447	394.553	354.283

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	107.375	106.178
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	107.375	106.178
Total circulante	107.375	106.178
Recursos do Crédito Rural	608	185
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	608	185
Total não circulante	608	185

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/11/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	-	576
Obrigações por convênios oficiais	4	4
Provisão para pagamentos a efetuar	1.835	1.796
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	206	173
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.092	1.457
Pendências a regularizar	91	56
Operações com cartões	12.716	9.878
Demais fornecedores	422	419
Credores diversos	959	898
Total circulante	18.325	15.257

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	174	209	(177)	206
Total	174	209	(177)	206

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	206	173
Total		206	173

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 106; R\$ 212 (2018 - R\$ 103 e R\$ 212), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	61.071	54.546
Total de associados	46.787	45.204

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.525 (2018 – R\$6.371), sendo R\$ 5.920 (2018 – R\$ 6.026) via integralização de resultados e R\$ 4.051 (2018 – R\$ 4.433), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.446 (2018 – R\$ 4.088).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,51% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.553, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 28 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.316	22.333
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.527)	(9.380)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	26	15
Provisão resgate de milhas cartão	14	(20)
Brindes e Doações	(110)	(24)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(10)	47
Receita com atos cooperativos	8.794	7.896
Juros sobre capital próprio	1.021	979
Lucros e dividendos	13	32
Outros	24	25
Subtotal	9.773	8.950
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(753)	(430)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	14.283	25.653
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	105.758	22.097
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	85.855	147.540
Outros Créditos - Rendas a receber	871	765
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	621	436
Investimentos (Nota 10)	11.398	10.978
Intangível (Nota 11)	3.963	4.479
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	4.623	4.363
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	107.983	106.363
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	12.815	9.572
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.760	1.564
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.256	3.125
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	9.270	10.206
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	28	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	260	-
Operações de Empréstimos e Repasses	4.846	5.097
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.684	1.570
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	5.995	6.131

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	143	0,24%	103
Depósitos a prazo	1.152	0,35%	903
Operações de crédito	4.211	0,94%	5.508

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.936	1.600

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	509	453
Despesa de aluguéis	2.009	1.779
Despesa de comunicação	934	998
Despesa de manutenção e conservação	1.313	1.160
Despesa de material	384	327
Despesa processamento dados	418	295
Despesa de promoções e relações públicas	1.414	1.098
Despesa de propaganda e publicidade	328	319
Despesa de seguro	131	132
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.679	1.636
Despesa de serviços de terceiros	724	652
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.266	1.162
Despesa de serviços de técnicos especializados	884	929
Despesa de serviços de transportes	820	874
Despesa de viagem	101	442
Despesa de depreciação e amortização	1.526	1.247
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.024	902
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.116	973
Outras despesas administrativas	1.242	1.235
Total	17.822	16.613

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	750	1.242
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.978	9.838
Reversão de provisões operacionais	2.262	1.824
Outras rendas operacionais	1.233	1.112
Total	13.223	14.016

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.231	988
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	321	207
Contribuição Confederação Sicredi	5.057	5.181
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	538	623
Encargos da administração financeira	50	65
Repasse administradora de Cartões	182	249
Outras despesas de Cartões	852	739
Outras provisões operacionais	2.751	2.046
Outras despesas operacionais	1.654	2.374
Total	12.767	12.590

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	87.774	65.352
Coobrigações em cessões de crédito	6	7
Total	87.780	65.359

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	143.171	118.973
Nível I (NI)	143.171	118.973
Capital principal - CP	143.171	118.973
Capital social	61.071	54.546
Reservas de capital	80.051	64.358
Lucros acumulados	6.455	5.133
Ajustes Prudenciais	(4.406)	(5.063)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	543.348	499.013
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	565	1.262
Margem de Capital (i)	85.555	65.315
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,35%	23,84%
Situação de Imobilização (Imob)	4.930	4.749
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,44%	3,99%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcelo Junior Altissimo
Diretor Executivo
CPF: 932.576.860-72

Aline Thiesen
Diretora de Operações
CPF: 989.327.300-59

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20